

POBREZA: DESTINO OU ESCOLHA?

Felipe Mendes*

A reclamação de que tem faltado apoio do governo federal para o Piauí deve ser feita com ressalvas, após um *exame de consciência* sobre o que o próprio governo estadual tem realizado. Um bom exemplo de que não se pode *atirar a primeira pedra* é o desempenho do governo piauiense entre 1995 e 2000.

Naquele período, as fontes das receitas de capital (R\$ 667,6 milhões) foram as operações de crédito (60,6%), a alienação de bens, ou mais especificamente a venda das ações da CEPISA (22,6%) e as transferências de capital da União (16,8%). Não houve, portanto, aporte de recursos próprios do Estado (receita tributária ou Fundo de Participação) no financiamento das despesas de capital, que totalizaram R\$ 662,2 milhões. Deduzindo-se os valores pagos em amortização das dívidas interna e externa, que somaram R\$ 259,9 milhões no período, tem-se que o montante efetivamente aplicado em investimentos e inversões financeiras foi de R\$ 402,3 milhões, ou apenas R\$ 67 milhões em média, por ano.

As operações de crédito e a alienação de bens não podem financiar continuamente os investimentos necessários para o desenvolvimento do Piauí, tendo em vista a exaustão da capacidade de endividamento, o custo dos empréstimos e a exiguidade dos bens alienáveis. Restam dois caminhos, não excludentes, que devem ser seguidos:

1. a contenção de despesas correntes para gerar poupança interna que financie os projetos prioritários, muitos dos quais poderiam ser implantados sem a necessidade de solicitação de recursos ao governo federal, proporcionando um mínimo de autonomia na condução do processo de desenvolvimento; e

2. a negociação de projetos prioritários com o governo federal, tanto os que são objeto de emendas parlamentares ao Orçamento da União quanto outros financiáveis por dotações genéricas, a cargo dos Ministérios e demais órgãos federais.

Mesmo não havendo crise financeira, o melhor caminho a seguir é o da redução de despesas correntes para aplicação em investimentos, estabelecendo-se metas graduais até que o governo possa investir pelo menos 20% de suas receitas líquidas, incluídas as transferências voluntárias e as eventuais operações de crédito.

Aparentemente, o Piauí estaria diante de um impasse, dadas as dificuldades para a redução das despesas correntes e sua conseqüente aplicação em investimentos, mas as prioridades estabelecidas pela administração no período de 1995 a 2000 apontam para outra realidade.

Tomando-se a evolução dos gastos realizados pelos órgãos vinculados ao Palácio do Governo – Gabinete do Governador, Gabinete Militar, Serviço Social do Estado, Secretaria de Comunicação Social e Secretaria de Governo – verifica-se que houve um extraordinário crescimento ano após ano, totalizando R\$ 193,5 milhões, ou R\$ 32,3 milhões por ano, em média, contra um gasto de R\$ 8,6 milhões registrado no ano de 1994. Somente o Serviço Social do Estado dissipou, de 1995 a 2000, R\$ 110,6 milhões em atividades de assistência social.

O total das despesas do círculo palaciano superou o total das transferências de capital recebidas da União, conforme mencionado anteriormente. Por outro lado, as Secretarias que cuidam dos projetos de desenvolvimento econômico – Planejamento, Agricultura, Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Recursos Hídricos – realizaram gastos totais de apenas R\$ 48,4 milhões, ou seja, 25% das despesas dos órgãos vinculados ao Palácio do Governo.

Se outra fosse a prioridade, e se os gastos de 1994 fossem mantidos ao longo do período, a redução de despesas nos órgãos vinculados ao Palácio do Governo poderia ter gerado uma disponibilidade de R\$ 142,0 milhões para aplicação em investimentos prioritários, inclusive formando a contrapartida exigida nos convênios com o governo federal.

Os dados apresentados revelam decisões não necessariamente adequadas ao desenvolvimento do Estado: de um lado, a reconhecida carência da maioria da população deve ser atendida com atividades de assistência social, que muitas vezes correspondem a um novo tipo de clientelismo político, exercido não mais nos grotões do interior, mas na própria capital e nos principais centros urbanos; de outro lado, admitindo-se uma possível redução dessas despesas, que obras importantes poderiam ter sido executadas, beneficiando igualmente, e duradouramente, a mesma população carente?

Como exemplo de alternativas para a aplicação dos recursos públicos, a redução possível de R\$ 142 milhões nas despesas correntes do Estado, no período 1995-2000, poderia ter financiado *todas* as seguintes obras:

Projetos

1. Conclusão do porto de Luís Correia.
2. Construção da adutora do Garrincho, para levar água do açude Petrônio Portella aos Municípios de São Raimundo Nonato, Cel. José Dias e São Lourenço, beneficiando mais de 25.000 pessoas.
3. Implantação de 6.000 hectares irrigados no projeto Tabuleiros Litorâneos, em Parnaíba, considerando os investimentos já realizados (1 hectare irrigado cria, em média, 3 empregos diretos e indiretos, ou seja, poderiam ser criados 18.000 empregos).
4. Implantação e pavimentação da rodovia Gilbués – Santa Filomena, na região dos cerrados.
5. Implantação e pavimentação da BR-020, no trecho São João do Piauí – Picos.
6. Implantação da estação de piscicultura na barragem Salinas, em São Francisco do Piauí, para produção e distribuição de 5 milhões de alevinos/ano.

Como bem ensinou o Ministro João Paulo dos Reis Velloso, em discurso pronunciado em Teresina, em 1979:

“O perigo a evitar é a massificação do eleitor, que tem sua face rural nos resquícios de coronelismo e sua face urbana na demagogia das promessas desenfreadas. (...) O problema da pobreza absoluta não se resolve simplesmente pela política do crescimento, nem mesmo através do simples dinamismo na área social. A pobreza absoluta tem de ser atacada diretamente – como através da auto-suficiência alimentar em áreas pobres e dos programas de alimentos básicos”.

O Piauí continua no limite (60%) dos gastos legalmente permitidos com o funcionalismo, sempre com alguma categoria exigindo novos (e justos) benefícios. Gasta cerca de 22% de suas receitas líquidas com o pagamento da dívida, tornando-se o campeão entre todos os Estados, cruel ironia para quem é um dos lanternas na competição do desenvolvimento. Nos últimos anos, tem aplicado, em média, 5% de suas receitas líquidas em despesas de capital – não necessariamente em investimentos prioritários. A máquina administrativa funciona à míngua, oferecendo precários serviços à população.

A verdade é que a pobreza do Piauí não é um desígnio de Deus ou da Natureza, nem resulta da falta de apoio do governo federal. É uma questão de escolha ●

*Felipe Mendes é professor adjunto do DECON/UFPI. Foi Secretário de Fazenda do Governo do Estado do Piauí (1975-77) e do Planejamento (1977-79/1979-82), Deputado Federal (1987-91 / 1991-95 e 1995-99) e Vice-Governador (nov/2001 a dez/2002)